

# Afinal, dois fatores de alento e esperança.

Temos razões hoje para registrar aqui, com a devida precaução ainda, dois fatores de alento e de esperança, surgidos ao mesmo tempo num ambiente onde há muito escasseavam. Referimo-nos às informações de bastidores de que o governo está mesmo decidido a promover um **expurgo** simultâneo e equitativo de todos os índices de reajustes, e à minuta do decreto com que pretende cortar gastos de custeio, e, mais que isso, impor certa disciplina funcional às empresas estatais.

Desde antes do pacote de medidas tão longamente esperadas e afinal divulgadas na semana passada havíamos manifestado nossa opinião de que se não houvesse, junto com elas, um mecanismo qualquer que evitasse a incorporação integral dos efeitos altistas nos reajustes de rendimentos, ativos financeiros, preços de mercado e custos de produção, seria preferível deixar as coisas como estavam, pois o pacote, em tal hipótese, criaria perspectivas ainda mais desastrosas. Ou seja, seria pior a emenda do que o soneto.

Pois bem, a idéia de controlar indiretamente as remarcações de preços na área industrial, através de um teto obtido pela aplicação de um redutor sobre a variação do INPC, visa exatamente conter o repasse da alta dos preços administrados para os preços de mercado. A idéia de expurgar o INPC, ou de utilizá-lo também com um redutor nos reajustes salariais tende a evitar que a inflação de preços administrados criada em junho com propósitos corretivos se transforme, a partir de agosto, em inflação permanente de custos, via reajustes dos salários inferiores a sete mínimos. O expurgo na correção monetária e na cambial (do qual também se fala) objetiva evitar que valores e rendimentos de ativos financeiros se beneficiem indevidamente da mesma inflação de preços administrados, além de colaborar para a redução do ritmo de crescimento do déficit público.

Tudo isso, se for aprovado — neste país, nos últimos tempos, todo mundo aprendeu a ser como São Tomé —, completa sem dúvida o pacote divulgado na semana passada, e, mais que isso, implanta na política econômica governamental boa dose de coerência, objetividade e responsabilidade que tanto lhe têm faltado até o momento.

A restauração de um clima de confiança, e da razoável presunção de que as coisas podem realmente funcionar no rumo correto era e é, como dissemos desde o início, elemento chave em qualquer tipo de solução que as autoridades viessem a formular, e nossa opinião, que desde já manifestamos, é que a complementação do pacote — nos termos em que foi officiosamente divulgada ontem — tem alta probabilidade de cumprir esse papel restaurador da credibilidade nos rumos da política econômica.

O outro tema também é alentador porque, a nosso ver, marca, ou deve marcar, o início concreto de uma longa luta do governo, como entidade política, contra o seu próprio aparelho empresarial, no sentido de discipliná-lo e subordiná-lo aos interesses mais gerais da Nação, da qual os governantes são meros representantes e delegados, enquanto os dirigentes e funcionários de empresas estatais são servidores — e não o contrário.

Deixemos claro o seguinte: não acusamos nem culpamos de nenhum crime os funcionários de empresas estatais, por causa dos privilégios e mordomias de que gozam e que agora se pretende eliminar. Deixemos claro, também, que os mais clamorosos privilégios e as mais descabeladas mordomias, desde que constem de lei e constituam direito adquirido, só devem ser erradicados por meios legais, democraticamente formulados e juridicamente aprovados. Nada de arbitrariedades e violências contra funcionários e empregados que, como dissemos, apenas obtiveram privilégios e mordomias que sucessivos governos, mal-avisados, demagógicos, irresponsáveis e perdulários houveram por bem conferir-lhes.

Mas uma nação moderna, democrática, socialmente justa, politicamente aberta e economicamente forte — como se pretende o Brasil — não pode sobreviver com uma casta de “escribas” (ou funcionários do Império) vivendo não apenas à custa do povo, mas em detrimento de um melhor padrão de vida para esse povo. Essa é a verdade.

Sim, porque em última análise é isso o que vem acontecendo no Brasil, e cuja gritante injustiça se acentua em momentos críticos como este. Os funcionários do Estado e os empregados das empresas estatais já são imunes à recessão, pois o governo jamais despede ninguém. E, além disso, por uma série de benefícios, diretos e indiretos, colhidos ao longo da história do paternalismo governamental brasileiro, muitos têm as suas remunerações — quase sempre absurdamente superiores às dos trabalhadores de empresas privadas — intocáveis e inatacáveis, seja qual for a situação das empresas em que servem, chegando-se ao absurdo de terem garantida gratificação de produtividade e participação nos lucros, mesmo quando não há lucros nem aumento de produtividade.

Na verdade, portanto, existem duas categorias de trabalhadores no Brasil: os do mercado privado e os das empresas públicas — os primeiros sempre almejando os privilégios e mordomias dos segundos e julgando que só não desfrutam disso porque têm padrões sovins. Poucos têm condições de perceber que a sorte dos trabalhadores do setor privado não é melhor porque a maior parte dos recursos privados do País são drenados para o setor público e dissipados em benesses injustificadas.

Os próprios empregados das empresas estatais deveriam preferir, nas relações com o patrão-governo, objetividade e profissionalismo ao paternalismo e mordomias que os tornam dependentes das boas graças de chefetes que mudam a cada administração. É natural, todavia, que a maior parte deles trate agora de defender por todos os meios os benefícios que detêm. Vão aparecer, contudo, muitos protetores dos seus interesses não pertencentes às suas fileiras, argumentando que as empresas estatais são um patrimônio do povo brasileiro e que tratam de defender tal patrimônio contra excusos interesses de multinacionais, etc. O objetivo dessa gente é velho conhecido: acham que o capitalismo de Estado é o caminho mais curto para a mudança do regime. De modo que a batalha que o presidente Figueiredo se dispõe a encetar, nesta área, é mais um lance decisivo do seu projeto de redemocratização integral do Brasil. Tão importante que voltaremos ao assunto.